

A DROGADIÇÃO NA ESCOLA E AS VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO FENÔMENO: UMA CRÍTICA CONSTRUTIVA

Isabelle dos Anjos Bueno¹

Àgatha Thomé²

Angela Rita Pedrollo Guerrero³

RESUMO

Este artigo, nasceu de um estudo mais amplo baseado em três: a drogadição na escola; a criminalização do uso de drogas, e a avaliação de ter-se o operador de direito como participe na inibição da drogadição. Este artigo, o primeiro da trilogia, traz um breve levantamento sobre a drogadição na escola brasileira, as políticas públicas, programas oficiais, ações desenvolvidas e a forma como essas ações são recebidas pelos sujeitos. Apresenta análise de 05 filmes, escolhidos entre 20 relativos ao tema que proporcionaram, juntamente com outras fontes de estudo, identificar variáveis associadas e dependentes relacionadas à drogadição tais como: famílias desestruturadas, ambiente sócio-econômico-cultural do microcosmo da criança e adolescente, relacionamentos e etc. Igualmente, este estudo reúne dados que proporcionam uma visão do *modus operandi* de programas e políticas contra drogadição precoce, a iniciada no meio escolar, e busca assim, tecer uma crítica sobre a efetividade de tais ações para inibição ao flagelo das drogas. Os dados são analisados, de forma que se pode compreender a ideia central e operante de cada programa em aplicação. Neste trajeto, a pesquisa foi qualitativa e incluiu leitura

¹ Aluna do 9º período do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de apoio à Iniciação Científica (PAIC 2016-2017). *E-mail*: isanhosbueno@outlook.com

² Aluna do 10º período do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de apoio à Iniciação Científica (PAIC 2016-2017). *E-mail*: agathathome@hotmail.com

³ Mestre em Educação pela PUCPR. Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: angelaguerrero@bomjesus.br

reflexiva de artigos científicos, revistas e livros, coletados em bibliotecas e *sites* como Lilac's, Google Scholar, Scielo, reportagens e filmes pertinentes ao tema. Foram excluídos da pesquisa artigos que não abordaram, especificamente, as facetas relacionadas ao uso de substâncias psicoativas por crianças no meio escolar. Constatou-se as variáveis que estão associadas ao problema, e que os meios de combate a ele não são efetivos. Conclui-se, assim que se está diante de um tema muito atual e relevante a sociedade pós-moderna, porém, um problema para o qual os controles e meios de inibição adotados não são bastante e suficientes.

Palavras-chave: *Drogadição na Escola. Variáveis Associadas. Programas e Crítica.*

INTRODUÇÃO

A drogadição é um flagelo social, assim se verifica em noticiosos, filmes, documentários, estudos, experiências, etc. que falam sobre o tem e seu início pode ser na escola.

Aldous Huxley (1931-1963) elaborou uma coletânea sobre experiências vivenciadas por ele e sua esposa, relatando os efeitos do uso do LSD⁴. Estas experiências estão no livro *Moksha*, uma obra profunda e revolucionária que antecipou a inquietação dos visionários da década de 1960, sobre o efeito da drogatização.

O uso recreativo ou ritualístico de substâncias psicoativas sempre esteve presente na humanidade, neste estudo ilustra-se este fenômeno a partir da geração dos Baby boomers nascidos nos anos 40 e 50 até o início dos anos 60, foram atores do movimento hippie (contracultura) que tinha no seu contexto o uso de substâncias psicoativas. Seguiu-se a esta, a Geração “X” (nascidos entre 1960 e 1970). Depois da “X”, Geração “Y” (nascidos entre 1977 e 1990), em todas elas a esguelha da drogadição esteve presente. Neste período, surge também o advento da internet nascida em 1957, com propósitos militar durante a Guerra Fria, pois bem, finalmente chegou-se à Geração “Z” (nascidos da segunda metade de 1990 e de 2000 em diante), para os quais a realidade virtual é tão comum quanto a realidade tangível e igualmente a drogadição acompanhou este desenvolvimento. Em 50 anos deu-se uma revolução que mudou a comunicação, revolucionando a realidade conhecida, desde geograficamente falando, até a forma mais comum de interação social.

Este estudo vem pôr olhos sobre as drogas no ambiente escolar porquanto acredita-se que a Escola é, via de regra, o cenário das primeiras interações do indivíduo com a sociedade fora do microcosmo da família.

Segundo Pratta e Santos (2017, apud Laranjeira, 2014), “poucos fenômenos sociais acarretam mais custos com justiça e saúde, dificuldades familiares, e notícias na mídia do que o consumo abusivo de álcool e drogas.

Conclui-se que ou seja, a drogadição, de modo que, a compreensão do fenômeno exige olhar aod aspectos: a substância, o indivíduo e o contexto sociocultural.

⁴ Sigla de Lysergsäurediethylamid, palavra alemã para a dietilamida do ácido lisérgico, que é uma das mais potentes substâncias alucinógenas conhecidas. In: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/LSD>>. Acessado em: 13 mar. 2017.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este tópico reúne a elaboração organizada dos aspectos relativos a realidade da drogadição, os sujeitos que figuram nele e as variáveis que o orbitam.

A palavra drogadição é um progresso à palavra toxicomania e, vem de droga.

A palavra droga, no sentido científico do termo, designa todo e qualquer medicamento. São muitas as definições de droga encontradas na literatura. Entretanto, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), droga corresponde a qualquer entidade química ou mistura de entidades que podem alterar a função biológica e, possivelmente, sua estrutura (GALDURÓZ, NOTO, & CARLINI, 1997).

A droga quando utilizada de forma repetitiva e errônea, leva a drogadição. A drogadição, é assim um modo inadequado de servir-se de drogas. Em sendo inadequado, pode trazer no seu bojo aspectos ilícitos.

Nain (2006) elaborou um estudo sobre o ilícito, *lato sensu*, e neste estudo aponta que as drogas são motor de uma gama de problemas sociais.

Assim, identificou-se a necessidade de observar o fenômeno da drogadição a partir da visão de pesquisadores, que denunciaram os reflexos, as variáveis e os elementos transversais ao fenômeno, portanto com inspiração em (SILVA, 2006), inicialmente e a quicá de exploração do tema, escolheu-se promover a análise de filmes. Nesta abordagem 05 filmes foram analisados de 20 selecionados.

Os filmes foram escolhidos por tratarem do tema em contextos diferentes e terem as drogas como ponto central, contudo, expõem variáveis associadas à drogadição.

O filme “Bicho de 7 cabeças”, produzido a partir de um livro autobiográfico (Canto dos malditos, de Austregésilo Carrano Bueno, 2000), descobre-se que **o papel da família é vital na orientação do adolescente**, no caso teclado **o pai ausente e as políticas de isolamento do usuário agravam a situação do jovem** que vivencia a drogadição.

O segundo filme analisado foi, “Eu, Christiane F. -13 anos- Drogada e Prostituída”, propõe uma análise do comportamento adolescente da década de 70 em analogia com a contemporaneidade. Nesta obra **o comportamento da sociedade capitalista super industrializada é na verdade o eixo principal de famílias desagregadas** dos seus adolescentes. Os pais, do filme, sempre foram figuras ausentes. Todos aqueles **jovens vinham de lares desfeitos por separações, violência doméstica, alcoolismo e drogas**. No intuito de escapar à realidade, sua carga será voltada para outras atividades, neste caso, **a compensação** de alguns desejos de adolescente buscará prazer por outros meios.

“Aos Treze”, terceiro filme analisado, ainda que pudesse ser tido como uma versão moderna da mesma história de Christiane F., traz Tracy uma adolescente

inteligente e uma aluna brilhante, colocada em conflito com seus colegas, professores e, principalmente, com sua mãe. Neste filme, **se descobre uma garota preocupada em se adequar ao ambiente escolar e inteiramente insatisfeita com a falta de cuidado que recebe de seu pai ausente, com os percalços do orçamento doméstico restrito,** com a insatisfação da casa aonde mora e que se sente impedida de ter o que deseja.

Em “Cidade de Deus” (2002), filme brasileiro ambientado numa favela do mesmo nome, informa que **muitos daqueles jovens seguiram o caminho do crime e drogadição devido a vários fatos sociais,** e um destes fatos deve-se a sua própria família, pois muitas destas **famílias já vinham de uma sequência de maus exemplos, afinal alguns pais eram alcoólicos e muitas mães eram prostitutas.** Ainda, é possível perceber que **a periferia parece uma “máquina”** que a cada dia e ano cria pessoas que no **futuro terão um mesmo destino, como se tudo fosse certo e pré-estabelecido. Os críticos e analistas do filme acreditam que a ter-se o enredo como espelho da realidade as autoridades políticas e policiais diante de situações do tipo são negligentes e pior, apoiam de forma direta e indireta a criminalidade.**

Por fim o quinto filme, o filme “Diário de um adolescente”, baseado em fatos reais, foi desenvolvido, também, a partir de um livro, nos Estados Unidos em 1995. Trata da história de vida de Jim Carroll, que frequentava a escola e era um dos melhores jogadores de basquete de seu time, juntamente com alguns amigos **consumia drogas eventualmente,** porém, **acaba por tornar-se dependente.** Mesmo que fizesse o uso de drogas continuará jogando, até que certo dia passou mal no meio de um jogo e diante disso sua mãe descobriu o seu vício. Outrora, depois de ser despejado de casa por sua mãe, retorna ao lar para pedir dinheiro e sustentar o seu vício, sua mãe indignada, chama a polícia que leva Jim, naquele momento, ainda que não parecesse, iniciava ali o rompimento com o vício, mesmo que de forma obrigada. **O filme mostra como os dependentes químicos sofrem preconceito e acabam sendo deixados de lado muitas vezes até mesmo por suas famílias.**

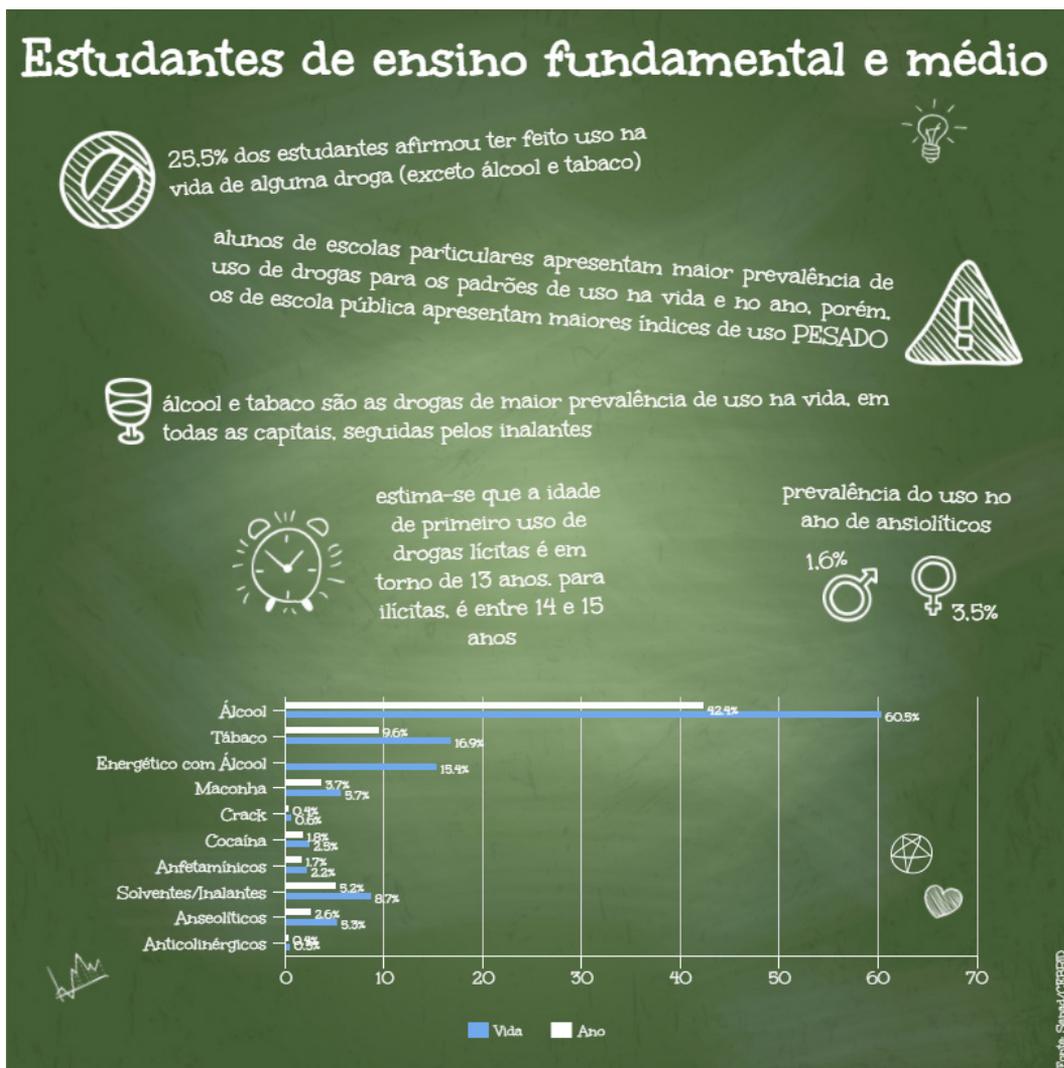
Para Schenker e Minayo (2005), a família, pelo papel de inserir seus membros na cultura e ser instituidora das relações primárias, influencia a forma como o adolescente reage à ampla oferta de droga na sociedade atual.

Em seguida, afirma Carlini-Contrin (1998) tem-se a escola como palco privilegiado de prevenção ao uso nocivo de drogas e mencionam vários fatores que sustentam essa assertiva, em especial, o vínculo estabelecido pelos estudantes com a escola como fator de proteção ao adolescente.

Segundo o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), órgão ligado à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), da Presidência da

República. Pelo Relatório Mundial sobre Drogas de 2015 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), cerca de 27 milhões de pessoas fazem uso problemático de droga, todavia não há dados mais recentes sobre o panorama nacional.

QUADRO 1 – Drogas mais usadas no universo do Ensino Fundamental



Fonte: Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas, 2010.

O quadro anterior aponta o resultado do “VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 17 Capitais Brasileiras”.

Também, no mesmo observatório identificou-se a pesquisa sobre drogadição na esfera universitária, os dados neste caso constam do “I Levantamento Nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre Universitários das 27 capitais brasileiras”. Já em nota introdutória o levantamento afirma que:

No Brasil, conforme o “II Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país” ” [sic], estudo que envolveu as 108 maiores cidades do País, 22,8% da população de faixa etária entre 12 e 65 anos já fez uso na vida de qualquer droga psicotrópica (exceto álcool e tabaco), o que corresponde a quase 12 milhões de pessoas.

Ainda, traz dados de 2009, relativamente a uma pesquisa desenvolvida pela United Nations Office on Drugs and Crime⁵ (UNODC), que reconhece a precocidade na drogadição, assinalando no “V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 17 Capitais Brasileiras”, que na idade de 10 anos, 22,6% dos entrevistados relataram ter feito uso na vida de alguma substância psicoativa, das quais o álcool é a mais frequentemente consumida.

Em função do caráter legal, o álcool e os produtos de tabaco, em comparação às demais substâncias psicoativas, são as de maior prevalência de uso (na vida, no ano e no mês), sendo relatadas por 44 e 74,6% das pessoas entrevistadas, respectivamente.

Estudos têm apontado que, atualmente, o consumo de drogas entre adolescentes tem apresentado altas prevalências, sendo cada vez mais precoce (Carranza & Pedrão, 2005; Cursino, 1999; Galduróz ET AL., 1997; Nicastri & Ramos, 2001; Toscano Jr, 2001b). Esse consumo crescente e precoce de substâncias psicoativas pelos jovens têm causado preocupações constantes na comunidade científica, nos profissionais de saúde e educação, bem como nos governantes e nas pessoas em geral (Furtado, 2000; Guimarães, Godinho, Cruz, Kappann, & Tosta Junior, 2004; Sáiz ET AL., 1999, Toscano Jr., 2001b), sendo alvo constante de estudos e debates, tanto no Brasil quanto em várias partes do mundo (GALDURÓZ ET. AL., 1997).

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em a pesquisa⁶ publicada em 2012, aponta que 75% dos jovens infratores internados no Brasil são usuários de drogas e a idade média deles é de 16 anos, com índices acima dos 30% em todas as regiões do país. Ainda ressalta que: “entre os aspectos comuns à maioria dos entrevistados, estão a criação em famílias desestruturadas, a defasagem escolar e a relação estreita com entorpecentes”.

A idade que constitui a adolescência se afiora principalmente nas séries escolares que constituem o Ensino Médio Escolar. Assim, podemos lembrar que é uma dada fase da idade humana, em que o adolescente está em busca de uma identidade, que possa representá-lo como pessoa, sendo alvo de várias influências e novas experiências que poderão definir sua personalidade por bons anos (PAINI; CASTELETO; FONSECA, 2010).

⁵ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) implementa medidas que refletem convenções internacionais de controle de drogas e as convenções contra o crime organizado transnacional e contra a corrupção.

⁶ In: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/75-dos-jovens-infratores-no-brasil-sao-usuarios-de-drogas-aponta-cnj.html>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

Neste sentido, é relevante o que apresenta Thiege (2014), estudiosa da USP, na revista Espaço Aberto, na sua edição de junho, que informa que a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, realizada em 2012 pelo IBGE, com dados de alunos do 9º ano de diversos municípios brasileiros, assinala que ao final do ensino fundamental, 19,6% dos alunos já experimentaram cigarro. Em relação ao álcool, 50,3% já haviam consumido ao menos uma dose de bebida aos 15 anos e, 21,8% já ficaram embriagados. O uso de drogas ilícitas, como maconha, cocaína, crack e ecstasy, foi indicado por 7,3% dos escolares. “Se não trabalharmos com as crianças, vamos ficar sempre correndo atrás do tratamento do adulto”, afirma João Paulo Becker Lotufo, médico pediatra e assessor de direção do Hospital Universitário (HU-USP).

Vizzolto (1991), defende a responsabilidade da escola como formadora de consciência, para promover um programa antidrogas na escola. Aponta ainda, estratégias a serem usadas, ressaltando que a participação dos pais e da comunidade é essencial.

Mais uma vez com base no IBGE, a terceira edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), que atingiu 2.630.835 alunos matriculados no 9º ano do ensino fundamental da rede pública e privada, publicada em 26/08/2016⁷, colacionou-se que:

Um total de 23,8% das meninas respondeu que consumiu bebida alcoólica nos últimos 30 dias anteriores à realização da pesquisa. Entre os meninos o percentual foi de 22,5%. Para os alunos de escolas públicas e privadas, este indicador foi de 24,3% e 21,2%, respectivamente. Vinte e um por cento dos escolares informaram que já ficaram embriagados pelo menos uma vez. A pesquisa também traz dados sobre uso de drogas: **9% dos alunos já usaram drogas ilícitas, sendo 9,5% entre os meninos e de 8,5% entre as meninas.**

Quando avaliada a rede de ensino, os alunos das escolas públicas (9,3%) disseram que experimentam com mais frequência as drogas ilícitas do que àqueles de escolas privadas (6,8%). O consumo atual de maconha para os escolares do 9º ano foi 4,1%. Um consumo maior foi registrado para os meninos (4,8%) quando comparados às meninas (3,5%). É interessante observar que em relação ao cigarro, a série histórica da pesquisa mostra que, ao menos nas capitais, foi verificada queda no total de alunos do 9º ano que experimentaram cigarro ao menos uma vez. Em 2009, 30,5% dos entrevistados tinham usado, total que caiu para 19% no mais recente estudo. Os meninos, com 19,4%, tiveram índice de experimentação superior quando comparado às meninas (17,4%). Nas escolas pública, com 19%, o índice foi maior do que nas privadas, que tiveram 12,6%. Entre as formas de obtenção do cigarro, a compra direta em loja ou bares foi declarada por 25,8% dos escolares, seguido por 19,3% que pedem cigarro a outra pessoa e 17,2% pegam o cigarro escondido (grifo nosso)

⁷ In: <<http://especiais.g1.globo.com/educacao/2016/pense-2015--ibge>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

Lembrando que a escola é o primeiro espaço de exercício do desenvolvimento de “liberdade”, “responsabilidade” da criança e do adolescente, é aí que ele começa a conhecer seus limites, estando longe dos pais passam a se considerar adultos e autodeterminados. Ou seja, é na escola que a grande maioria dos adolescentes começam a usar algum tipo de entorpecente, geralmente as ‘lícitas’ como analgésicos, cigarros e bebidas alcoólicas, esta vivência é iniciada pela observação e incentivo suscitados por colegas que são considerados exemplos a serem seguidos, são admirados e queridos/temidos pelos demais.

Também se descobriu que muitos adolescentes têm a pré-disposição a dependência química:

A predisposição da dependência de drogas pode estar nos genes, segundo um novo estudo que tem a colaboração de cientistas da Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Segundo os especialistas, o cérebro dos usuários de drogas parece ter poucos receptores de dopamina - molécula que desempenha um importante papel no que os neurocientistas chamam de “efeito de recompensa”. A descoberta, publicada na revista “Science”, pode levar ao desenvolvimento de tratamentos mais precisos contra a dependência e outros transtornos compulsivos do comportamento.

Outra descoberta, esta em relação ao álcool, mas que acredita ser generalizada as outras drogas (PEDROSO, 2006) é de que:

A decisão de beber é influenciada, em parte, pela expectativa de que o álcool resultará em determinadas consequências desejáveis, tais como a diminuição da tensão, facilitação social e sexual. O comportamento de beber é mantido, então, por essas expectativas positivas acerca do efeito do álcool, as quais, assim como a experiência de beber, são acumuladas ao longo do tempo, sendo, assim, provável que as expectativas positivas frente ao uso de álcool difiram com a idade.

Embora no mesmo estudo os autores tenham indicado que o maior nível de cognição sobre os efeitos da maconha é fator inibidor de seu consumo:

Os adolescentes com maiores expectativas para prejuízo cognitivo/comportamental e efeitos globais negativos apresentavam menor probabilidade de uso de maconha, após 2 anos de estudo, sugerindo que tais expectativas podem prevenir o começo do uso de maconha no período da adolescência (Idem, loc. cit).

Assim, percebe-se a importância de esclarecimentos e educação sobre drogas na realidade microsocial das crianças e adolescentes. Porém, por vezes encontram-se tais atores em um ambiente familiar no qual os pais ou parentes próximos já fazem uso de algum tipo de entorpecente, e isso é apenas reforçado no âmbito escolar.

Paini (2010, p. 37), traz um levantamento feito em uma escola pública em Maringá-PR em que verificou que as drogas tidas por legais (álcool e cigarro), representam mais

de 70% das usadas. E, são estas as que abrem caminhos para as drogas pesadas e outros ilícitos daí derivados.

Conquanto possa haver diferenças significativas entre as gerações, no que concerne aos seus padrões de uso de drogas, a sociedade mais ampla, da qual os adolescentes são uma parte [se iniciam em geral no álcool e no cigarro], há muitos anos vem-se desenvolvendo como uma “cultura da droga”. Por exemplo, de um quarto a um terço de todas as prescrições médicas atualmente feitas no Brasil e em outros países são estimulantes ou comprimidos para regime (anfetaminas) ou tranquilizantes. (Idem p. 32)

Nos estudos de Pratta e Santos (2006) verifica-se a “outra face da moeda”, aonde podemos observar a pressão que se coloca pouco a pouco sobre o comportamento do adolescente na sociedade em que vivemos. Argumentam embasados em outros estudos, que o indivíduo sente-se pressionado, tanto pelos pais quanto pela sociedade, que lhe exigem uma definição e o estabelecimento de rumo para sua vida, devendo este se tornar menos dependente de proteção e de cuidados.

Os autores repisam o fato de que a família tem grande importância tanto para o bem como para o mal, fazendo menção mais uma vez as **variáveis** que contribuem para o uso precoce de drogas, o que veremos mais adiante.

De Carvalho e Romero (2013) ressaltam que fatores de risco ou variáveis associadas à possibilidade de ocorrência do resultado drogadição, são de características dos indivíduos, do seu “meio microssocial” e a condições estruturais e socioculturais mais amplas mas, geralmente, estão combinados quando a [realidade das drogas] se concretiza, trazendo consequências psicossociais ou sanções legais”. Para Silva (2006) os filmes proporcionam a visualização da dinâmica familiar, tipos de drogas utilizadas e as reações das famílias diante do problema, assim a família, pelo papel de inserir o adolescente na cultura e ser instituidora das relações primárias, influencia a forma como este reage à ampla oferta de droga na sociedade.

Importante também é, um estudo da Universidade do Minho (Portugal), que fez uma análise de como são vistas as políticas sobre drogas aplicadas às escolas Europeias. O estudo “Álcool, tabaco e outras drogas: concepções de professores e alunos do ensino básico e secundário e análise de programas e manuais escolares” da autoria de Gonçalves, Carvalho e Rodrigues, citando Lopes e Cravino, buscou compreender:

- i) que níveis de abordagem são feitos ao álcool, ao tabaco e às outras drogas (ATD) nos programas e nos manuais escolares;
- ii) quais as concepções dos professores e dos alunos sobre os programas e manuais escolares no domínio da problemática aditiva; e,
- iii) que percepção têm os professores e que avaliação fazem os alunos acerca das abordagens realizadas em contexto escolar ao tema da droga e da toxicodependência. (2007, p. 132)

A pesquisa baseou-se parcialmente em análise de materiais e programas, já colocados em prática, buscando ouvir aqueles que fazem parte do ambiente escolar e são afetados pelo consumo de drogas lícitas e ilícitas (professores e alunos). Os autores entenderam que seria de extrema importância apontar a opinião destes, oportunizando a eles por meio da pesquisa de campo, apontar pontos positivos e negativos relacionados a aplicabilidade de programas e cartilhas (Loc cit. p. 143-149).

Os estudiosos entendem que os resultados das cartilhas, no modelo implantado, nas escolas não apresentam resultados satisfatórios nem mesmo nos países europeus. Ocorre que, os professores ainda acreditam que o manual escolar é indispensável à docência, podendo ser usado de forma extremamente positiva se realizada algumas modificações, concluindo que:

Da análise sobressai ainda que os efeitos físicos são os mais abordados e explorados nos textos dos Manuais Escolares (ME), dos 16 países enquanto os problemas psicológicos são os que têm menos expressão nos três tópicos..., os ME mais equilibrados na abordagem aos problemas físicos psicológicos e sociais do ATD tanto na componente icónica como textual são os da Finlândia, Líbano, Hungria e Malta; (Loc cit.)

A abordagem simultânea aos problemas físicos, psicológicos e sociais nos textos dos ME só ocorre para o álcool e para o tabaco em 11 países e para as outras drogas em 9 países. Os manuais portugueses incluem-se nos dois grupos. Os ME com abordagem mais global aos problemas do ATD por incorporarem a dimensão física, psicológica, social, os ambiente e as campanhas de prevenção em texto e imagem para o trio de substâncias são os alemães, cipriotas, finlandeses, libaneses e portugueses. (Idem)

Por fim, os docentes entendem o fato de que o meio social, saúde pública, pessoal e econômico são fortes influentes na drogadição no ambiente escolar, por isso defendem a necessidade de mais campanhas informativas e preventivas ao álcool, tabaco e outras drogas. Atentam ainda para o fato de que, as campanhas preventivas têm mencionado apenas o uso de álcool e tabaco, não dando devida importância às demais drogas.

Algumas variáveis associadas à relação **adolescente VS drogas** são uma constante e se mantêm:

Dentre estes, podem-se pontuar três: (a) o aumento do consumo de drogas tanto lícitas quanto ilícitas entre adolescentes; (b) o papel que a família exerce na constituição dos adolescentes; e (c) a importância da qualidade da vida familiar como forma de evitar o envolvimento de adolescentes com substâncias psicoativas (PRATTA; SANTOS, 2006).

Além destas citadas pelos autores, identificou-se os relacionamentos (amigos) e a situação em que vive a família do jovem ou adolescente (pais alcoólatras, irmãos fumantes, etc.) como fatores fortes de influência na drogadição.

Bem apontam Pratta e Santos ao afirmar que “os fatores que podem levar o adolescente a utilizar drogas são variados”, senão vejamos:

Os principais deles estão relacionados às características individuais e sociais, incluindo nesta última, a sociedade como um todo, a família e o grupo de pares (Kalina et. al., 1999). Neste sentido, segundo Schenker e Minayo (2005), os fatores de risco e de proteção em relação ao uso de drogas estão relacionados a seis domínios da vida (o individual, o familiar, o escolar, o midiático, os amigos e a comunidade de convivência), que apresentam relações entre si, sendo que cada pesquisa na área enfatiza determinadas variáveis (como sexo, idade, nível socioeconômico, desempenho escolar, uso de drogas na família, etc.).

A família por estar em contato direto e contínuo com o sujeito, tem sido vista como a “maior responsável” dos casos de drogadição precoce, porém, não podemos deixar de lembrar do impacto que as amizades e exemplos tem sobre as nossas vidas.

Pois bem, qualquer jovem ou adolescente tem a necessidade de ser reconhecido e aceito por determinado grupo de pessoas. O que pode ocorrer inclusive é a inserção no mundo das drogas justamente para comprovar a sua “capacidade” e “coragem”, ou pior ainda, comprovar que é possível suportar o uso de determinada droga.

Não é novidade a necessidade da aceitação e do reconhecimento dos adolescentes para se sentirem “bem”, mas o que nos chama atenção é o fato de que essa “simples” inserção para quem a vê de fora, pode causar um grande impacto negativo em sua vida. “Os adolescentes costumam buscar uma série de justificativas para o uso de drogas, acreditando que possuem o controle da situação e que podem parar no momento em que desejarem” (Ibidem). Outra variável muito importante é aquela já mencionada são tidos como referenciais. Adolescentes e jovens cercados de maus exemplos e más condutas, tendem a agir como tais.

Assim, diante da análise a tantos estudos, filmes, pesquisas de campo relatadas nos artigos estudados, percebe-se que a variável mais constante e impactante é de fato a **família e o poder familiar** instituído sobre a criança, adolescente ou jovem.

De acordo com OBID a Política Nacional Sobre Drogas foi implementada no Brasil a partir de 1998, depois da XX Assembleia Geral das Nações Unidas, quando se desenvolveu um olhar específico sobre tema nos aspectos: a) da redução da demanda, que importa em “ações referentes à prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas que causem dependência, bem como aquelas relacionadas ao tratamento, à recuperação, à redução de danos e à reinserção social de usuários e dependentes” e, b) redução da oferta de drogas, por meio de “atividades inerentes à repressão da produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas”.

Naquele ano, o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) foi transformado no Conselho *Nacional Antidrogas* (CONAD). A ação do CONAD é descentralizada por meio

de Conselhos Estaduais e Municipais, por ação deste conselho foi criada a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), diretamente vinculada à Casa Militar da Presidência da República.

Em 2002, coube à SENAD a criação da primeira política brasileira antidrogas, assim, por meio de Decreto Presidencial nº 4.345 de 26 de agosto de 2002, foi instituída a primeira Política Nacional Antidrogas (PNAD) do país.

Em 2003 uma nova Agenda Nacional para a redução da demanda e da oferta de drogas no país veio a contemplar três pontos principais:

Integração das políticas públicas setoriais com a Política de drogas visando ampliar o alcance das ações.

Descentralização das ações em nível municipal, permitindo a condução local das atividades da redução da demanda, devidamente adaptadas à realidade de cada município.

Estreitamento das relações com a sociedade e com a comunidade.

Um realinhamento e atualização das políticas em face das mudanças sociais, ocorreu em 2004, por meio, da realização de um Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas, seis Fóruns Regionais e um Fórum Nacional sobre Drogas. O prefixo “anti” da Política Nacional Antidrogas foi substituído pelo termo “sobre”, já de acordo com as tendências internacionais, com o posicionamento do governo e com a nova demanda popular, manifestada ao longo do processo de realinhamento da política.

Ainda, a SENAD coordenou em 2006, um grupo de trabalho do governo que assessorou os parlamentares no Processo que culminou na aprovação da Lei nº 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), suplantando uma legislação de trinta anos que se mostrava obsoleta e em desacordo com os avanços científicos na área e com as transformações sociais.

As políticas públicas estabelecem os fundamentos, objetivos, diretrizes e as estratégias indispensáveis para que os esforços, voltados para a redução da demanda e da oferta de drogas, possam ser conduzidos de forma planejada e articulada.

Tais diretrizes estão compiladas documentalmente em cinco capítulos: 1-Prevenção; 2- Tratamento, Recuperação e Reinserção Social; 3- Redução de danos Sociais a Saúde; 4- Redução da Oferta; 5- Estudos, Pesquisas e Avaliações.

A política relacionada às drogas, de fato tem se pautado nesta matriz lógica e, suas diretrizes enfatizam a distinção entre as drogas lícitas e ilícitas, considerando um ideal de sociedade “protegida do uso de drogas ilícitas e uso indevido de drogas lícitas”.

Relativamente a programas de cunho **privado ou de iniciativa não Governamental** foram estudados o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) que

tem como base o DARE⁸, e foi criado pela Professora Ruty Hellen em conjunto com o Departamento de Polícia da cidade de Los Angeles, EUA, em 1983. Atualmente o Programa está presente nos 50 estados americanos, e em 58 países. No Brasil ele chegou em 1992 através da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, sendo que desde 2002 se encontra em todos os Estados brasileiros e, claro também, no Paraná.

Em breve análise ao portal da Prefeitura de Curitiba percebe-se que existem aproximadamente 26 projetos em andamento na cidade, entre eles projetos sociais voltados para a reestruturação familiar e projetos voltados para a aplicação adequada e efetiva de medidas socioeducativas.

Diante disso percebe-se que existem inúmeras ideias inovadoras que visam a melhoria da sociedade como um todo, porém, em contrapartida consta-se que o caso em análise (drogadição) foi deixado de lado em um primeiro momento, o que pode-se encontrar são centros sociais que trabalham com a família como um todo, visando a reabilitação dos membros dessa família e não especificamente do jovem e/ou adolescente.

No site do Senado Federal o texto “Iniciativa do governo no combate às drogas” remete a estrutura dos poderes diante de um país que tem perdido crianças, adolescentes, jovens e adultos para o mundo das drogas. Defende-se nesse artigo que o “Executivo, Legislativo e Judiciário, União, estados e municípios agem desarticuladamente e sem visão harmônica da questão das drogas”.

As políticas públicas, programas e órgãos, na União, estados e municípios, incluindo o Judiciário e o Ministério Público, estão desarticulados, pulverizados e não formam redes eficientes e integradas, essenciais tanto à prevenção e repressão quanto ao tratamento e reinserção social. Essa opinião foi unânime entre senadores e especialistas ouvidos na subcomissão sobre dependentes químicos, da Comissão de Assuntos Sociais (SITE SENADO; Comissão de Assuntos Sociais).

Em que pese o posicionamento anterior exposto, as Políticas Públicas sobre Drogas estão sendo disseminadas de forma harmônica por todo o território paranaense.

O melhor exemplo é o programa PROERD, antes mencionado, que objetiva uma ação conjunta entre filhos, pais, professores e policiais militares, buscando a prevenção do uso de drogas e da violência, tanto no âmbito escolar como familiar e ainda mais no âmbito social.

Com caráter social preventivo, busca inserir em nossas crianças a necessidade de desenvolver as suas potencialidades para que alcancem de maneira concreta e plenamente seus sonhos em uma sociedade mais justa e segura.

⁸ Drug Abuse Resistance Education.

Em síntese o PROERD não foi implantado para ser mais uma campanha de prevenção ao uso de drogas, mas sim, para preencher um hiato que é atribuído a Polícia Militar pela Constituições Federal, Estadual e Estatuto da Criança e do Adolescente, desenvolvendo nas crianças atitudes voltadas a resistir à pressão da oferta de drogas e uso da violência.

Ainda, durante o presente estudo deu-se o I Encontro de Socioeducação de São José dos Pinhais – “Diante do adolescente”: Possibilidades e limites da Prática Socieducativa. Estudiosos presentes expuseram que o jovem muitas vezes não tem conhecimento e nem informações em relação ao uso de drogas e acaba fazendo uso destas substâncias sem ao menos saber o que realmente estão fazendo.

Os jovens buscam refúgio nas drogas, lícitas ou ilícitas, tentando preencher as ansiedades, medo, e principalmente a falta de carinho e amor, achando eles que o uso de drogas vai preencher este vazio, mas pelo contrário sem conhecimento e informações, o uso de drogas passa a desconstruir ou impedir a construção de uma vida digna, o mundo da dependência toma conta de tudo, o sentido de encontrar outro caminho, na maioria das vezes não encontra eco na sociedade civil organizada, assim o jovem drogadizado não tem forças para sair da dependência. Foi apontando, ainda, a falta da estrutura familiar é a fonte basilar para o “amaldiçoado uso de drogas”, não sendo apenas o adolescente frustrado, humilhado, mas a família também, que segue sem condições psicológicas para fazer o acompanhamento necessário.

Uma das maiores dificuldades, apontou o palestrante, é levar os jovens a se interessarem em conhecer estes serviços ofertados pelo Estado, muitos não conhecem quais são os programas de aprendizagem. Informa que mesmo nos casos em que a escola, indica esses cursos e atividades, a adesão das famílias é baixa. Falta-lhes a compreensão de que a participação em tais ações é essencial para o fortalecimento da decisão de não ingressar ou de afastar-se da drogadição. Não obstante, por todo país há iniciativas e programas sobre drogas em andamento.

No Estado de São Paulo, por exemplo, a Lei estadual paulista de nº 14.592/2011, conhecida como a Lei de Antiálcool para Menores, impede a venda de bebidas alcoólicas para menores de idade. Esta determinação é cumprida por 99.6% dos estabelecimentos, o mesmo se dá em relação à Lei Antifumo que se realiza junto com o Órgão do Procon -SP.

Outra ação Paulista é a cartilha “Prevenção também ensina”, distribuída nas escolas como fonte de aprendizado em sala de aula, pode-se verificar nela uma quantidade de informações importantes, apresentado direitos importantes, que na maioria das vezes os adolescentes e jovens nem imaginam que têm. Em seu primeiro capítulo aborda questões jurídicas traduzindo um pouco da lei de modo a inibir o uso e tráfico de drogas.

Este projeto, tem praticamente o mesmo perfil do PROERD, que termina com a formatura do aluno, mas caso o aluno deseje continuar, ele também pode.

No Rio Grande do Sul o Programa SOL⁹, é desenvolvido nas escolas e tem como principal objetivo a prevenção às drogas e a formação do cidadão, coordenado pelo Ministério Público, através da Procuradoria de Infância e Juventude do Estado, tem o objetivo de prevenir, entre os jovens, a violência e o uso de drogas. A iniciativa de desenvolver as atividades surgiu a partir da observação do envolvimento de duas ou mais gerações de uma mesma família na prática do tráfico de drogas.

As formas escolhidas para apresentar o programa às crianças foram cartilhas e materiais de apoio desenvolvidos pela própria promotora e sua equipe, que ressalta:

Os temas contemplados no material abordam, de forma lúdica e interativa, cidadania, drogas, o poder das influências, a autoestima, o controle das emoções nas situações de tensão, a violência, o poder da mídia e culmina com a utilização do livro infantil “Uma Pedra no Caminho”, que dá às crianças orientações sobre a importância de se fazer escolhas acertadas para evitar consequências que comprometem a vida, muitas vezes, de forma irreversível, como o uso de drogas.(SITE)

Na visão de Jurista essas vivências demonstram que realmente é possível que a instituição do Ministério Público cumpra seu papel de agente de transformação social e permite acreditar que se pode colaborar de muitas formas para fazer uma humanidade melhor.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi do tipo qualitativa documental, teve procedimento exploratório. A coleta e a análise de dados se deram a partir de levantamento de documentos, artigos, livros e pesquisas do tema estudado. A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre sujeito e o objeto. Ao pesquisador é indispensável aproximar-se do seu universo de estudos com alguma noção com o propósito, porquanto a finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis (LIMA, 2011).

⁹ Sabendo Orientar com Liberdade - desenvolvido pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdMateria/266015/default.aspx>>. Acesso em: 23 maio 2017.

Afirma Holanda (2012), citando Mucchielli (1991, p. 3):

Os métodos qualitativos são métodos das ciências humanas que pesquisam, explicitam, analisam, fenômenos (visíveis ou ocultos). Esses fenômenos, por essência, não são passíveis de serem medidos (uma crença, uma representação, um estilo pessoal de relação com o outro, uma estratégia face um problema, um procedimento de decisão...), eles possuem as características específicas dos “fatos humanos”.

Ainda, que em alguns momentos tenha-se lançado mão de dados estatísticos, que são próprios da abordagem quantitativa, podendo-se aceitar como ocorrida a abordagem quanti-quali, método que associa análise estatística à investigação dos significados das relações humanas, assim permite a interação entre palavras e números (HOLANDA, 2012).

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

De plano descobriu-se que o fenômeno da drogadição é sistêmico e conta com variáveis associadas que estejam conectadas com a realidade das famílias (em primeiro plano), assim famílias desestruturadas tem maior incidência da drogadição; outra variável diz respeito a condição sócio-econômica-cultural do micro cosmo da criança e adolescente, ou seja as condições básicas precárias em que vive a criança e o adolescente podem ser determinantes, embora a pobreza não seja uma condição restrita. Porém, aqui se sobrepõe o respeito e amor familiar há menores possibilidades de que se instale a drogadição.

Ainda, a formação cidadã e autônoma dos indivíduos, perpassa a família, e se expande no espaço institucional da Escola. Esta, além de sua função de instrução, atua também na construção das relações sociais pela interação dos sujeitos. Esta interação, abriga toda sorte de possibilidades e, uma problemática crescente e que tem se infiltrado em todos os ambientes sociais são as drogas, seja como fator de recreação, aceitação, objeto de alívio às frustrações, ganho de competitividade, dependência ou até como meio de ganhar a vida, elas são presentes na realidade mundial.

Para Mota (2002, p. 142) “os laços afetivos são paulatinamente substituídos pela competição desenfreada e o culto à produtividade. As relações humanas passam a priorizar seus vínculos utilitários, baseados sobretudo no cálculo racional”. Diógenes (1998, p. 44-45), observa que “a cultura de massa, ao difundir-se por todos os pontos da rede social, realiza um duplo movimento: **fala que todos podem ter tudo, e que, ao ter, os indivíduos seriam reconhecidos como sujeitos sociais e depois nega quase tudo à grande maioria**”, e este é um bom caminho para o sucedâneo das drogas. Afirma ainda o autor “trata-se de um contexto ambíguo onde as **coisas assumem feição humana e os**

homens o aspecto de coisas, fomentando um mercado que se nutre das expectativas e ilusões interiorizadas pelos indivíduos” (Grifo nosso).

Noticiosos sobre o crescente universo de “zumbis” do crack, entre outras, chamam a atenção por apresentarem cenas que se assemelham as de filmes de horror ou ficção, parecendo inacreditável que tal cenário seja vizinho do panorama competitivo e bem-sucedido que é exibido pela ideologia hedonista, consumista, neoliberal. Aparenta uma realidade distante e que não diz respeito ao dia-a-dia do cidadão de bem, é algo que acontece lá longe, em algum lugar, pelo qual se evita transitar, ou até que nem se sabe onde fica. É lá, num lugar qualquer. Quando, porém, há na comunidade próxima ou na família alguém que tenha adentrado nesta população caótica, o grupo social atingido sente perder o chão, envergonha-se, não compreende e por vezes nega ou esconde de seu entorno que ali se instalou a drogadição.

Todavia, a formação do sujeito autônomo, capaz de construir-se a si mesmo, tem por base, na sua bagagem histórica, o seu micro e macro ambientes.

A formação do caráter ético do homem moderno ilustra uma família que em duas gerações vê valores se transformarem, da responsabilidade de cada um à responsabilidade da equipe e, desta feita, não há culpas a serem purgadas quando algo sai errado. Assim, tem sido a hipocrisia social. Dá-se de ombros e “solidariamente” contribui-se com R\$ 30,00, R\$ 50,00 ou qualquer outra moeda para as “Crianças Esperanças” que grassam por aí. **A sociedade não tem tempo e nem interesse.** Trata-se assim, de uma pulverização da responsabilidade, que alivia as mentes de cada um, que transfere para outrem aquilo que lhe cabe por dever de humanidade, no mínimo.

Tem-se a introjeção no inconsciente coletivo de que a responsabilidade quanto aos ilícitos é do Poder Público e centraliza-se nele o poder dever por todas ações sociais que possam melhorar a vida em sociedade. Porém, e preciso que o cidadão reconheça que é vital trazer para cada um uma parcela deste trabalho. É preciso descentralizar.

Na medida em que esta situação [centralizadora] é rompida e se entrega a cada uma responsabilidade compartilhada pelos resultados, cada qual se sente comprometido. O descentralizar social é uma solução participativa que passa pela comunhão de motivações. Nela há possibilidade de articular diferentes áreas do conhecimento, visto que enfrentar a questão das drogas envolve diferentes saberes.

Ainda, famílias desestruturadas e a miséria (social) econômica e cultural, são fatores predisponibilizantes a drogadição; e as políticas de criminalização/penalização, estão associadas, no sentido de que as ações de combate centralizadas no ente público encarado como o gestor único do bem estar social redundam em crescente manutenção do status quo; e, reflexos como evasão escolar, doenças, carreira no crime e morte precoce, por violência são a realidade que se segue às drogas no ambiente escolar

CONCLUSÃO

O problema das drogas e o seu enfrentamento na esfera escolar não é questão somente de países em desenvolvimento, de modo que as práticas exitosas devem contar com mais do que cartilhas desconectadas daqueles que as trabalharão.

Acredita-se que as famílias, a escola e a sociedade civil organizada tem papel no combate a drogadição na adolescência, da mesma forma o Estado, que deve pulverizar as estratégias hoje centralizadas.

A sociedade como um todo tem “abraçado a causa” e compreendido que tanto Estado como família e sociedade são responsáveis pelo futuro próximo dos nossos jovens e adolescentes que hoje estão partindo para o mundo da drogadição.

É possível que haja vasta mudança no mundo da drogadição a partir do momento em que “as variáveis”, lembrando que podemos ser uma delas, encontrem o seu equilíbrio real. Ou seja, é importante que enquanto família e sociedade saibamos o valor e importância de exercer o papel educador e acolhedor, ou ainda, enquanto amigos, que saibamos manter um relacionamento sadio, promotor da prevenção e restauração, quando for o caso, contra o uso de drogas.

REFERÊNCIAS

CARLINI-COTRIM, B. Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade. In: AQUINO, J. L. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Sumus, 1988. p. 19-30.

CARLINI, E. A. et. al. **VI Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino nas 27 capitais brasileiras**. São Paulo: CEBRID; UNIFESP; Brasília: SENAD, 2010. Disponível em: <<https://obid.senad.gov.br/biblioteca/publicacoes/vi-levantamento-nacional-sobre-o-consumo-de-drogas-psicotropicas-entre-estudantes-do-ensino-fundamental-e-medio-das-redes-publica-e-privada-de-ensino-nas-27-capitais-brasileiras.pdf/view>>. Acesso em: 29 set. 2017.

CARVALHO, F. de; ROMERO, I. M. **Factores de risco e protecção para os adolescentes em situação de vulnerabilidade ante o consumo de substâncias adictivas em Angola**. 241 f. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Evolutiva y de la Educación) – Universitat de Valencia, Valencia, 2013.

GALDURÓZ, J. C.; NOTO, A. R.; CARLINI, E. A. **IV Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes do 1º e do 2º graus em 10 capitais brasileiras**. São Paulo: CEBRID, 1997.

GONÇALVES, A.; RODRIGUES, V. M.; CARVALHO, G. S. de. Concepções dos professores sobre a “toxicodependência” e sua prevenção em jovens dos ensinos básico e secundário. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 12., Vila Real, 2007. **Anais...** Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007.

HOLANDA, A. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 24, n. 3, p. 363-372, jul. 2012.

HUXLEY, A. **Moksha: textos sobre psicodélicos e a experiência visionária, 1931-1963**. Porto Alegre: Globo, 1983.

LIMA, E. da R. **Metodologia científica II**. 2009. 29 f. (Curso de Ciências Contábeis) – Centro de Ciências da Economia e Informática, Universidade da Região da Campanha, Caçapava do Sul, 2009.

MOTTA, P. R. M. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

NAÍN, M. **Ilícito**. Tradução: Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

PAINI, L. D.; CASTELETTO, H. S.; FONSECA, G. Análise do uso de drogas nas escolas públicas: como os amigos influenciam no contato e disseminação das drogas. **Avesso do Avesso**, Araçatuba, v. 8, n. 8, p. 28-44, nov. 2010.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. dos. Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 11, n. 3, p. 315-322, set./dez. 2006.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. de S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 707-17, out. 2004.

SILVA, E. A. da et al. As drogas no âmbito familiar, sob a perspectiva do cinema. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 214-222, abr. 2008.

THIEGE, A. L. Como afastar os jovens das drogas. **Revista Espaço Aberto**, São Paulo, n. 162, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=como-afastar-os-jovens-das-drogas>>. Acesso em: 22 maio 2016.

ZAPPE, J. G.; DELL'AGLIO, D. D. Variáveis pessoais e contextuais associadas a comportamentos de risco em adolescentes. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p. 44-52, jan./mar. 2016.